

Análise das Interações da Audiência Pública da Comissão Mista da Medida Provisória sobre Mudanças no Seguro-Defeso (MP 1.323/2025) – 24/02/2026 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **59 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela Comissão Mista da Medida Provisória nº 1323, de 2025, em 24/02/2026, sobre "Mudanças no Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal (Seguro-Defeso) previstas na Medida Provisória nº 1.323/2025". O objetivo é fornecer uma visão geral das principais preocupações, opiniões e sugestões expressas pelo público, visando auxiliar os Senadores na avaliação das novas regras de acesso, simplificação e controle do benefício.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não reflitam integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 59

Temas principais:

1. **Inclusão Digital e Barreiras de Documentação (30%):** Os cidadãos expressam forte preocupação com a exigência de meios digitais e documentos fiscais. O público destaca que grande parte dos pescadores artesanais possui baixa escolaridade, é idosa ou vive em áreas remotas com pouco acesso à internet, o que dificulta o uso de aplicativos e a verificação em duas etapas. Além disso, aponta-se que a exigência de notas fiscais de venda é incompatível com a realidade da pesca de subsistência.

Exemplo: *"Pedir nota fiscal a um pescador artesanal é inviável."* (Maria – PB)

2. **Fiscalização, Educação e Proteção (20%):** Este tema aborda a necessidade de uma fiscalização que não seja apenas punitiva, mas também educativa. Os participantes sugerem que a organização do controle deve ser acompanhada de orientações claras aos pescadores, visando garantir que o rigor na vigilância resulte em proteção ao trabalhador legítimo e não apenas em entraves burocráticos.

Exemplo: *"A organização da fiscalização e educação deve ser ampliada. Ambas possibilitarão a proteção aos pescadores."* (Valnei – PR)

3. **Combate a Fraudes e Critérios de Concessão (20%):** Há um apoio geral ao combate de recebimentos indevidos por "falsos pescadores", porém os cidadãos questionam quais serão os critérios objetivos utilizados para essa triagem. O público busca entender como o governo pretende cruzar dados de forma eficiente sem prejudicar quem realmente depende da atividade pesqueira para sobreviver.

Exemplo: *"Quais critérios serão ampliados e implementados para conter as fraudes no Seguro-Defeso?"* (Janary – TO)

4. **Impacto Social e Risco de Exclusão (15%):** Os comentários alertam para o risco de a MP provocar uma exclusão em massa de beneficiários vulneráveis devido às novas exigências administrativas. Questiona-se o respeito das mudanças a princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, e se houve estudos prévios sobre o impacto social que as novas regras de gestão podem causar nas comunidades tradicionais.

***Exemplo:** "Pode aumentar o risco de exclusão de pescadores artesanais do Seguro-Defeso, devido às novas exigências administrativas e mudanças na gestão?" (Julio – SP)*

5. **Sustentabilidade e Meio Ambiente (15%):** Uma parcela das interações foca na relação entre o benefício e a preservação ambiental. Os cidadãos questionam se as novas regras incentivam a sustentabilidade da pesca e como o seguro amparará pescadores atingidos por desastres ambientais ou períodos críticos de seca, que impedem a atividade laboral.

***Exemplo:** "A medida pode influenciar na preservação ambiental e na sustentabilidade da pesca?" (Samira – MS)*

Em conclusão, a audiência pública revelou um apoio ao combate a fraudes, mas o debate centralizou-se na preocupação com a exclusão digital e burocrática de pescadores artesanais vulneráveis. As dificuldades de acesso a tecnologias, a incompatibilidade de exigências fiscais com a pesca de subsistência e a necessidade de uma fiscalização educativa foram temas recorrentes, evidenciando o anseio do público por um equilíbrio entre o rigor no controle do gasto público e a garantia da proteção social e dignidade das comunidades pesqueiras.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=37608>.